

“Não delegamos poderes a quem quer que seja”: Os sindicatos dos trabalhadores de Manaus no contexto do golpe do Estado Novo¹

*Pedro Marcos Mansour Andes**

A trama eleitoral para 1938

Manhã de 26 de maio de 1937, um dia quente do verão amazônico na capital amazonense, que iria ferver após o telegrama enviado a redação do *Jornal do Commercio* pelo deputado federal do estado Luiz Tirelli do Partido Popular do Amazonas. As declarações do deputado Tirelli acusavam o governador constitucional do Amazonas e o Inspetor Regional do Ministério do Trabalho de estarem pressionando os sindicatos e seus membros em apoiarem a candidatura de José Américo de Almeida para presidente nas eleições que seriam realizadas em janeiro de 1938 conforme a constituição de 1934.

Tirelli apesar de ter sido eleito pela Aliança Trabalhista do Amazonas, formada da união dos partidos socialista e trabalhista dando origem ao Partido Popular apoiou a pré-candidatura do governador de São Paulo à presidência Armado de Sales Oliveira do Partido Constitucionalista, que apesar de ter tentado o apoio do governo varguista acabou lançando sua candidatura como oposição. Além deste mal-estar alguns deputados estaduais que apoiavam a referida candidatura também usaram a tribuna da Assembleia Legislativa do estado para atacarem o governador constitucional Álvaro Botelho Maia² e o inspetor do Ministério do Trabalho Ernesto Pinto.

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Pará – UFPA.

¹ Texto referente aos primeiros elementos que formaram provavelmente o I Capítulo da pesquisa. Solicitado como nota pelo Professor Dr. José Maia ministrante da Disciplina O Exercício da Escrita do Historiador para formulação da Tese em História Social da Amazônia do PPHIST da UFPA.

² Álvaro Botelho Maia (1893-1969), político, poeta, escritor advogado e professor. Ocupou o poder como Interventor Federal entre novembro de 1930 e julho de 1931, Governador Constitucional de fevereiro de 1935 a novembro de 1937, Interventor Federal durante o Estado Novo de novembro de 1937 a novembro de 1945 e, finalmente foi Governador eleito pelo voto livre entre 4 de janeiro de 1951 a 25 de junho de

Este era o cenário político-eleitoral de Manaus na última semana de maio de 1937. Entretanto, no dia 29 de maio, 11 representantes de Sindicatos dos trabalhadores da cidade visitaram o inspetor Ernesto Pinto e lhe entregaram um documento repudiando toda e qualquer fala dos parlamentares que acusavam o governo estadual e o Ministério do Trabalho de estarem coagindo os sindicatos que apoiavam a candidatura do governador paulista a presidência da república.

O cenário sindical do Amazonas em 1937, conforme Avis Valente (2005)³ era composto aproximadamente por 26 sindicatos ou associações filiados a Federação Trabalhista do Amazonas. Partindo dessa informação posso afirmar que menos da metade dos líderes dos sindicatos assinaram a representação, mas no decorrer dos dias o *Jornal do Commercio* recebeu em sua redação novas notas de apoio de outras lideranças sindicais ao referido documento.

A nota entregue ao inspetor regional do Ministério do Trabalho com o pedido de urgência que fosse enviado por rádio ao Presidente Getúlio Vargas, ao Ministro do Trabalho Agamemnon Magalhães e ao senador amazonense Cunha Mello, destacava o seguinte,

Illmo. Snr. Inspetor Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Estado do Amazonas e Território do Acre.

As classes trabalhistas locais, pela maioria de seus elementos abaixo assignados, levam ao conhecimento de V. S., e, ao mesmo tempo, solicitam, também, seja, com a possível urgência, levado ao conhecimento dos Exmos. Snrs. Drs. Getúlio Vargas e Agamemnon Magalhães, respectivamente, Presidente da República e Ministro do Trabalho, Indústria e Commercio, o seu sentir e pesar, no caso da sucessão presidencial, expressos nas palavras seguintes:

Que não delegaram poderes a quem quer que seja para, por ellas, fallar na Assembleia Legislativa do Estado ou outra qualquer parte, representando-as, assumptos políticos, assim como, não foram convidadas nem consultadas pelos seus representantes classistas que, como mandatários, agiram discrecionariamente sem audiência dos mandantes, assignando

1954. Com o crescimento do PTB no Amazonas, principalmente, com Plínio Coelho e Gilberto Mestrinho foi aliado da vida política do Estado, entretanto, ainda foi eleito pelo Amazonas ao Senado Federal em 1945 e foi nomeado, em 1966, como senador biônico pela ARENA. SANTOS, Eloína Monteiro dos. Uma liderança cabocla: Álvaro Maia. Manaus: EDUA, 1997.

³ VALENTE, Aviz. Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas: Antecedentes e Protagonistas. Manaus: Editora Travessia, 2005. O autor foi líder sindical nos anos 1960 em Manaus, de acordo com o próprio Valente, fazia parte dos sindicalistas reformistas.

manifestos políticos partidários, com a agravante de, exorbitando, negarem, ostensivamente em sessão da Assembleia Legislativa do Estado de 26 do fluente, um voto de apoio e solidariedade ao benemérito e bem feito Presidente Getúlio Vargas, em cuja administração foi o operariado nacional beneficiado com prerogativas jamais desfructadas, pois, antes da revolução de 30, o proletário e empregados em geral apodreciam ao abandono, sem uma legislação protectora e sem instituições de assistência e beneficencia a si e aos outros.⁴

A fala dos líderes sindicais de Manaus deixa claro que nenhum político seja ele deputado estadual ou federal, estava neste momento autorizado em falar pelos trabalhadores da cidade. Esse posicionamento das lideranças sindicais mostra a agência de suas ações que os mesmos possuíam apesar da tentativa de controle dos sindicatos através do corporativismo do estado varguista. Nesse sentido, podemos até afirmar que no decorrer do texto os sindicalistas reconhecem a importância das leis sociais como garantia de proteção aos trabalhadores. Entretanto, entendo que se cairmos nessa armadilha simplista de análise perderemos um elemento importante neste período que é a história das grandes mobilizações em todo o país nas primeiras duas décadas do século XX dos trabalhadores urbanos por direitos sociais e trabalhistas.

O documento dos sindicatos é concluído com a seguinte afirmação “o trabalhador do Amazonas não é ingrato e nem injusto; por isso, está firme e coeso, ao lado do Exmo. Dr. Snr. Getúlio Vargas, mui ilustre e digno Presidente da República”.⁵ Podemos notar que alguns sindicatos já haviam optado por um lado na possível disputa eleitoral de 1938, era o do Presidente. Conforme a professora Ângela de Castro Gomes (2005), até 1933 a maior parte da legislação trabalhista já havia sido criada pelo governo federal, entretanto ainda havia muita resistência as políticas adotadas pelo Ministério do Trabalho pelas lideranças dos sindicatos, principalmente, onde havia forte influência comunista.⁶ Esse era um dos cenários possíveis em Manaus, pois a herança não só dos comunistas como também do anarcossindicalismo eram muito forte no meio

⁴ *Jornal do Commercio*, sábado, 29 de maio de 1937, capa.

⁵ *Jornal do Commercio*, sábado, 29 de maio de 1937, capa.

⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

sindical amazonense. Assim sendo, provavelmente havia entre os líderes e sindicalizados manauaras algum tipo de receio as políticas sociais do Varguismo para os trabalhadores urbanos.

Nos dias seguintes outros líderes sindicais apresentaram no *Jornal do Commercio* o seu apoio aos 11 sindicatos, ao Ministro do Trabalho e os agentes do ministério em Manaus e ao presidente Vargas repudiando qualquer acusação de interferência política por parte do ministério dentro dos sindicatos sediados na cidade. No dia 30 de maio, mais cinco sindicatos lançam nota de apoio repudiando as opiniões dos deputados,

Mais cinco syndicatos se declaram-se solidários com o protesto dos onze

O sr. Ernesto Pinto, respondendo pelo expediente da inspeccoria do ministério do trabalho, no Amazonas e Acre, recebeu hontem um officio assignado pelos srs. Modesto Guerra, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, Marcos Alves da Cruz, do Syndicattos dos Praticos e Mestres Flutuantes, Constantino Ferreira Campos, do Sindicato dos Talhadores e Magarefes, Joaquim Sattyro dos Santos, do Sindicato dos Sapateiros e de José Floriano da Silva, do Sindicato dos Padeiros e Classes Annexas, declarando-se integralmente solidários com o protesto que foi enviado por onze syndicatos ao presidente Getúlio Vargas e ao ministro Agammenon Magalhães.⁷

Uma das marcas dos sindicatos sempre foi a solidariedade entre os diversos representantes das categorias dos trabalhadores urbanos. A declaração acima mostra que a maioria dos sindicatos de Manaus repudiou as declarações dos parlamentares amazonenses contra o governo constitucional varguista. No dia 6 de junho outros líderes sindicais procuram a redação do *Jornal do Commercio* para protestar contra as declarações do deputado federal Luiz Tirelli, foram eles Raymundo Nonato Pereira, Miguel de Lemos e Raymundo Teixeira, do Sindicato União dos Machinistas Maritimos e Fluviaes. Conforme estes líderes as declarações do deputado,

[...] esse representante federal emprestou intuitos que não tem fundamento algum pois o sindicato não soffreu, nem está soffrendo coacção por parte delles. Acham-se, de accordo com o regulamento dos syndicatos,

⁷ *Jornal do Commercio*, domingo, 30 de maio de 1937, capa.

equidistantes da política, o que entretanto não impede que constituem todos os associados coesos ao lado do presidente Getúlio Vargas e do Ministro Agammenon de Magalhães, isso como um preito de gratidão e dever de justiça.⁸

Na fala dos líderes sindicais é dada ênfase a informação que o sindicato não sofreu nenhum tipo de coação por parte do governo e dos agentes do ministério do trabalho, porém, destacam que todos os trabalhadores associados ao sindicato estavam com Vargas e Magalhães. Essa postura mostra a atuação política dos sindicatos no período apesar das limitações existentes. Uma informação importante é dada sobre o regulamento dos sindicatos editado pelo Decreto n.º 19.779 do dia 19 de março de 1931, que visava organizar e regular as ações dos sindicatos patronais e dos trabalhadores em todo o país. Em seu art. 1º e alínea *f*, o regulamento destaca que a “abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações.”⁹ Como podemos verificar a legislação adotada pelo estado varguista logo após o golpe de 1930 visava impedir a participação política dos sindicalistas, entretanto, o próprio jogo de interesses do período levava as ações dos trabalhadores e dos líderes sindicais no mundo político, pois estavam lutando pela garantia de direitos.

A última notícia sobre a celeuma entre os sindicatos dos trabalhadores de Manaus e os parlamentares amazonenses foi publicada no dia 8 de junho de 1937. A União dos Sindicatos dos Trabalhadores do Município de Manaus através de seu presidente Francisco Baptista Oliveira e seu secretário Manoel Barbosa Ribeiro, entregaram ao Inspetor do Ministério do Trabalho um ofício que foi enviado por rádio ao deputado federal Tirelli cobrando do mesmo suas informações sobre o possível apoio a candidatura de Armando Salles a presidência. O ofício afirmava que,

⁸ *Jornal do Commercio*, domingo, 06 de junho de 1937, capa.

⁹ Legislação Informatizada - *Decreto nº 19.770, de 19 de Março de 1931* - Publicação Original. Disponível em <<http://www.camara.leg.br>> Acesso em: 13 de novembro de 2018.

[...] União syndicatos nome agremiações filiadas apressam-se declarar a vossência nenhuma adesão ou manifesto assignado por qualquer destas organizações pro-candidaturas presidência da república, visto prohibir lei syndical taes manifestações, assim como nenhuma perseguição estão soffrendo parte autoridades especialmente o governador Álvaro Maia. Este despacho tem por fim esclarecer vossência verdade.¹⁰

Mais uma vez a postura dos sindicalistas é de se contrapor as declarações do deputado Luiz Tirelli sobre a possível coação, principalmente, por parte do governo estadual para que os trabalhadores apoiassem à candidatura situacionista a presidência do parlamentar paraibano José Américo de Almeida. Destacam a proibição que o regulamento sindical apontava para manifestações políticas por parte dos sindicalistas e trabalhadores.

Outro grupo de sindicalistas de três sindicatos de Manaus procurou a redação do *Jornal do Commercio* para ratificar as críticas contra as declarações do parlamentar Tirelli refutando qualquer tipo de perseguição contra os mesmos e os trabalhadores da cidade por parte do governador Álvaro Maia e do poder central. O Sindicato dos Beneficiadores da Borracha foi representado pelo seu presidente Carlos Eirado Rodrigues, do Sindicato dos Práticos e Mestres Fluviais de Manaus estiveram presente no ato o presidente Marcos Alves da Cruz e os associados Pedro Gomes de Medeiros, Januario Correa da Silva, João Tavares de Oliveira, Cleveland de Assis e Raymundo Antonio de Nazareth, o Sindicato dos Empregados em Serrarias foi representado pelo presidente Orijo Alves da Silva e pelo secretario Benedicto Fernandes dos Santos.

Este evento é um exemplo da atuação dos sindicatos durante a Era Vargas para garantir os direitos dos trabalhadores, que a partir do golpe de 1930 foram sendo consolidados através da legislação trabalhista que foi promulgada entre os anos de 1931 e 1934. Com exceção do salário mínimo em apenas quatro anos foram promulgadas a “limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias, proteção à mulher grávida, pensões e aposentadorias,

¹⁰ *Jornal do Commercio*, terça-feira, 8 de junho de 1937, capa.

entre diversas outras.”¹¹ Este é o cenário da legislação social que em 1937 era apresentado para o trabalhador urbano do país, a garantia para que essa proteção social chegasse as diversas categorias de trabalhadores era o reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio dos seus órgãos representativos – associações e os sindicatos. Não devemos esquecer que a criação da Justiça do Trabalho foi fundamental para que a legislação trabalhista fosse efetivada apesar da resistência do patronato em sua integridade.

O golpe do Estado Novo no Amazonas

“Acaba o Brasil de entrar em uma nova phase de sua vida política com a proclamação de um pacto constitucional que o integrou a corrente nacionalista que caracteriza a hora actual em todos os quadrantes [...]”¹² Começava assim a coluna *A hora nacional* publicada na capa do *Jornal do Commercio* do dia 11 de novembro de 1937 anunciando do golpe imposto pelo governo varguista no dia anterior. Golpe este apoiado em uma clássica mentira baseada como sempre no “maior inimigo” da nação brasileira o perigo vermelho – o Comunismo. A anúncio pelo governo Vargas da descoberta do Plano Cohen, que pretendia lançar um ataque comunista a nação brasileira. Assim estava montado o circo para a eclosão do Estado Novo Varguista no país. Sobre este acontecimento o pesquisador Marcos Napolitano (2017), afirma,

O golpe do Estado Novo – como ficaria conhecido –, justificado pela suposta ameaça comunista revelada pelo Plano Cohen, tinha outros objetivos políticos mais importantes e urgentes. Com a perspectiva de perder o poder pela via eleitoral e provavelmente assistir à volta da hegemonia das grandes oligarquias regionais, o grupo que estava no poder desde 1930 em torno de Vargas deu um recado claro à nação: o Estado iria tutelar e conduzir a sociedade brasileira, enquadrando sob uma política nacional centralizadora

¹¹ FERREIRA, Jorge. “Os conceitos e seus lugares: Trabalhismo, Nacional-Estatismo e Populismo.” In.: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 298.

¹² *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 11 de novembro de 1937, coluna a hora nacional, capa.

qualquer outro ente federativo (estados, municípios) com a proibição da existência de partidos políticos.¹³

A cerimônia realizada na praia do Russel no Rio de Janeiro 17 dias depois do golpe do Estado Novo foi marcada pela queima das 22 bandeiras dos estados brasileiros em uma pira. Este ato cheio de simbolismo tinha o objetivo de demonstrar a consolidação da unidade política e social do Brasil. Um exemplo desta tentativa de ratificar simbolicamente a unidade nacional em Manaus foi à substituição do brasão do Estado do Amazonas na fachada do Palácio Rio Negro sede do poder executivo estadual pelo brasão nacional veja as imagens 1 e 2 abaixo.



Imagem 1: Fachada principal do Palácio Rio Negro dois aspectos nos chamam atenção na fotografia produzida no início da década de 1930. O primeiro aspecto é o mais importante, o brasão do estado do Amazonas no alto do prédio. O segundo aspecto é a existência apenas de um piso na ala de serviços do Palácio, durante a interventoria de Álvaro Botelho Maia no Estado Novo este trecho do prédio foi ampliando ganhando outro andar. Fonte: acervo digital do CPDOC/FGV.

¹³ NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2017, p. 118.

Na imagem acima ainda vemos o brasão do estado no alto do edifício sede do poder executivo estadual. Durante a eclosão do Estado Novo o brasão foi substituído pelo brasão nacional fecha a imagem 2 abaixo.



Imagem 2: Fachada principal do Palácio Rio Negro durante o Estado Novo (1930-1947) já com o brasão nacional e o segundo piso da ala de serviço construído fotografia tirada pelo cineasta Silvino Santos. Fonte: acervo digital do DPH/SEC-AM.

Esse é um dos exemplos que podem ser citados das ações do governo Vargas em Manaus para colocar o projeto de unidade nacional acima de todos os interesses nos mais diversos locais das unidades da federação. Na mesma edição do *Jornal do Commercio* outras notícias foram veiculadas que demonstram o processo de desmantelamento das organizações e partidos políticos no país. Apesar de ter sido dissolvido em abril de 1935 por decisão própria, o Clube 3 de outubro,¹⁴ ainda

¹⁴ Após a vitória da Revolução de 1930, que teve início no dia 3 de outubro e se encerrou no dia 24 com a deposição do presidente Washington Luís, um Governo Provisório foi instalado sob a chefia de Getúlio Vargas em 3 de novembro. As forças que sustentaram Vargas ao longo do período revolucionário - de um lado os "tenentes" e, de outro, os políticos ligados às oligarquias descontentes - não conseguiram, porém,

funcionava no Amazonas tendo vários associados entre eles o próprio Interventor Federal Álvaro Maia. No dia 9 de novembro vários membros do “Club” fizeram críticas ao seu presidente o deputado João de Paula Gonçalves e se desligaram da referida associação política após o mesmo ter se oposto em votação realizada na Assembleia Legislativa ao envio de um telegrama ao Presidente Getúlio Vargas dando felicitações pela passagem de mais um aniversário “de sua fecunda e brilhante administração.”¹⁵ Esta celeuma entre os associados do Clube 3 de novembro do Amazonas teve início nos primeiros dias de novembro de 1937, algumas cartas de desligamentos os antigos membros deixaram claro que “em virtude de continuarem, a manter integral e patriótica solidariedade política ao excellentíssimo sr. dr. Getúlio Vargas cujo governo apóiam e defendem”¹⁶ estavam deixando o “Club”. Alguns nomes importantes da política amazonense naquele período deixaram a associação como o chefe de polícia Ruy Araújo, o deputado constituinte Antovilla Rodrigues Mourão Vieira, os vereadores de Manaus Moacyr Dantas e Lucano Antony, o futuro interventor João Nogueira da Mata, entre outros.

Este cenário reflete o projeto de unidade nacional do Estado Novo, pois uma de suas ações foi à extinção de todos os partidos políticos no país um ataque claro aos liberais, pois os comunistas, apesar de serem usados como motivadores para instalação do “novo regime”, já haviam sofrido um feroz ataque durante a eclosão do movimento da Aliança Nacional Libertadora – ANL, que ficou nacionalmente conhecido de maneira errônea como a “Intentona Comunista”. Agora faltavam apenas os integralistas, que seriam reprimidos durante o levante do dia 11 de maio de 1938 organizado pelos líderes da AIB, o Comandante da Marinha, Vitor Pujol, Olbiano Melo, o secretário-

manter sua aliança e logo entraram em conflito. Nesse contexto, os principais líderes do movimento tenentista decidiram criar, em fevereiro de 1931, uma organização política que divulgasse as propostas do grupo. Essa organização recebeu o nome de “Club” 3 de Outubro, em homenagem à data do início da revolução. Seus integrantes defendiam o prolongamento do Governo Provisório e o adiamento da reconstitucionalização do país. Fonte: site do CPDC/FGV acessado no dia 20 de novembro de 2018.

¹⁵ *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 11 de novembro de 1937, coluna A política, capa

¹⁶ *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 11 de novembro de 1937, coluna A política, capa.

geral das milícias integralistas, Gustavo Barroso e o secretário nacional das finanças, Belmiro Valverde com o apoio do líder máximo do movimento Plínio Salgado.

Voltando a coluna *A hora nacional* do *Jornal do Commercio* que abriu as primeiras linhas deste tópico, podemos identificar o discurso do projeto de unidade nacional do Estado Novo Vargasista e o próprio discurso de personalização do líder máximo da nação, que será a marca da propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em todo o período estadonovista e sem esquecer é claro de exaltar também as forças armadas que sempre estão presente nas rupturas ocorridas no período republicano brasileiro. Vejamos,

Não nos encontramos em frente a uma aventura de natureza política, mas da corporificação de uma aspiração coletiva nacional, deante dos perigos, que nos ameaçavam, do problema da unidade brasileira, das realidades sociais e econômicas que estavam exigindo interpretação serena e verdadeira. Não se trata, insistamos, de uma aventura de caráter político, mas de uma manifestação soberana das aspirações do Brasil, compreendidas pelo espírito superior de Getúlio Vargas e dos elementos que compõem as nossas gloriosas forças armadas, sempre, numa trajetória iluminada ao clarão de batalha cívicas pelas causas máximas do Brasil.¹⁷

Neste trecho da coluna jornalística fica claro o projeto de unidade nacional e os participantes de sua execução e manutenção: o governo de Vargas e as Forças Armadas. Este era o cenário político no Amazonas um dia após a instalação do Estado Novo.

O governador constitucional Álvaro Botelho Maia depois de receber o comunicado oficial do poder central no Rio de Janeiro através do Telegrama Oficial n.º 10.937 enviado pelo Ministro da Justiça Francisco Campos informando que a Câmara e o Senado Federal haviam sido dissolvidos e o Presidente Getúlio Vargas havia “promulgado” uma nova Constituição e o país estava entrando em um novo regime que visava assegurar os interesses da nação. Reuniu-se em seu gabinete no Palácio Rio Negro com o Comandante da Guarnição Federal, o Capitão dos Portos, os comandantes do 27º B. C. e da Força Policial, o Secretário Geral do Estado, o Chefe de Polícia e o

¹⁷ *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 11 de novembro de 1937, coluna a hora nacional, capa.

Delegado da Ordem Social para informar sobre o novo cenário político nacional e traçar as providências necessárias para o patrulhamento de Manaus. O Estado Novo estava iniciando no Amazonas.

Depois da reunião o governador enviou para o Presidente Getúlio Vargas um telegrama oficial em resposta ao comunicado do Ministro da Justiça, que afirmava “tenho honra de comunicar estado do Amazonas, por seu governo e seu povo hypotheca integral solidariedade à vossa excellencia e as gloriosas classes armadas pela solução patriótica e elevada que proporciona ao paiz medidas enérgicas de salvação publica.”¹⁸

Várias entidades se pronunciaram nos jornais em apoio ao “novo regime” entre elas alguns sindicatos prestaram apoio total às ações do Presidente. O governador Maia recebeu a visita de vários representantes de instituições das mais diversas categorias profissionais nos dias 11,12 e 13 de novembro que ratificavam seu apoio ao governador e ao Presidente Vargas.

Entre as associações que estiveram no Palácio Rio Negro para congratular o governador podemos citar as seguintes visitas: o presidente Augusto Cesar Fernandes e os representantes da Associação Comercial do Amazonas (ACA) que também enviou um telegrama para o Presidente Vargas destacando o total apoio desta organização ao “novo regime”, vários ex-vereadores entre eles o ex-presidente da extinta câmara municipal Lucano Antony, a visita dos ex-deputados Armando Madeira, Areolino Azevedo, Moacyr Dantas, Nogueira da Mata, padre Manoel Monteiro, Leopoldo Neves, Ruy Barreto, Cosme Ferreira, Antovilla Vieira, Felix Valois, Manoel Lobo e Benjamin Ferreira.

Os representantes do poder legislativo o Desembargador Arthur Virgílio, presidente da corte de apelação e o Procurador da República Waldemar Pedrosa, o juiz federal Paes Barreto, o juiz de direito Anízio Jobim também estiveram na sede do governo para congratular o governador pelo advento do “novo regime”.

¹⁸ *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 11 de novembro de 1937, coluna a hora nacional, capa.

As diretorias da Associação Amazonense de Imprensa, do Instituto dos Comerciantes, da Associação dos Funcionários Públicos Ativos e Inativos do Estado estiveram na sede do governo “apresentando-lhe congratulações e hypothecando-lhe solidariedade”¹⁹ ao governador em apoio as ações do Presidente Getúlio Vargas.

A coordenação e os professores da Faculdade de Direito do Amazonas também prestaram apoio e solidariedade ao governador Álvaro Maia e enviaram um telegrama para o Presidente Vargas e aos Ministros da Educação e Justiça prestando total apoio ao Estado Novo.

O Bispado de Manaus também prestou apoio e solidariedade ao governador e as ações do Presidente Vargas contra “as funestas theorias do comunismo ateu”²⁰. Conforme o ofício assinado por vários líderes da Igreja Católica no estado do Amazonas entre eles Monsenhor Raymundo Oliveira encarregado do governo da diocese, a Santa Sé vem combatendo o avanço do comunismo desde meados do século XIX, pois essa teoria é abominável e totalmente oposta às leis naturais, ela ataca os direitos, interesses e a propriedade de toda a sociedade. Segundo o ofício eclesiástico,

[...] em nome da diocese de Manaus, das prelazias e prefeituras apostólicas do nosso estado, hypothecar decidido apoio e integral solidariedade às medidas de repressão e extinção das perniciosas doutrinas comunistas, que o governo federal, pela comissão executiva do estado de guerra, vem com rara felicidade pondo em prática, e as que no nosso estado, v. exc. e os dignos auxiliares componentes da mesma comissão executoras estaduais houveram por bem determinar, no intuito patriótico-social-religioso de extirpar, do país, esse cancro que ameaça corroer o vigoroso organismo nacional.²¹

O discurso de combatente ao inimigo vermelho é bem forte no ofício enviado pelas lideranças católicas no estado do Amazonas neste período. Esta será a postura da Santa Sé, com raríssimas exceções, em todo o século XX no Brasil e no mundo frente

¹⁹ *Jornal do Commercio*, quinta-feira, 14 de novembro de 1937, coluna a hora nacional, capa.

²⁰ *Jornal do Commercio*, terça-feira, 16 de novembro de 1937, coluna a hora nacional, capa.

²¹ *Jornal do Commercio*, terça-feira, 16 de novembro de 1937, coluna a hora nacional, capa.

ao medo do avanço do comunismo, principalmente, após a revolução bolchevista de 1917 ocorrida na Rússia.

Alguns sindicatos também foram representados pelos seus presidentes e alguns de seus membros entre eles se destacam o Sindicato União dos Machinistas Marítimos e Fluviais do Amazonas com a presença dos seguintes sindicalistas: Raymundo Nonato Pereira, Pedro Duarte Pimentel, Raymundo Martins de Campos, Raymundo Teixeira e José Joaquim de Andrade; o presidente Joaquim Satyro do Sindicato dos Sapateiros; Manoel Lacerda presidente do Sindicato dos Beneficiadores de Borracha; o presidente do Sindicato dos Empregados em Padarias José Floriano da Silva; Messias Wanderley presidente do Sindicato dos Remeiros; Pedro Cordeiro, presidente do Sindicato da Construção Civil, o presidente do Sindicato dos Práticos e Mestres Fluviais de Manaus através de rádio, Marcos Alves da Cruz, o comandante Trajano Costa, presidente do Sindicato dos Pilotos e Práticos do Amazonas, os representantes do Sindicato dos Empregados de Força e Luz, do Sindicato dos Empregados em Serraria, Sindicatos dos Operários Estivadores de Manaós, o Sindicato dos Trabalhadores Magarefes do Amazonas enviaram um ofício assinado pelo presidente Constantino Ferreira Campos também apoio as ações do governador e do Presidente Vargas, o presidente do Sindicato dos Empregados Leiteiro, Manoel Barbosa Ribeiro, o presidente do Sindicato dos Portuários de Manaus e o presidente do Sindicato dos Cigarreiros, Francisco Caetano de Andrade. Os sindicalistas também visitaram a Inspetoria Regional do Ministério Trabalho, Indústria e Comercio para prestarem solidariedade e apoio ao Ministro do Trabalho nesse novo momento político do país.

Este era o cenário político em Manaus após o golpe de 1937 que instalou o Estado Novo. Verificamos que várias instituições prestaram apoio total as ações do governo federal, pois o combate ao inimigo vermelho era o elemento quase que unificador dos interesses nacionais. Entretanto, devemos aqui destacar a atuação dos sindicatos neste processo, pois o interesse da política social Varguista ligada ao corporativismo era garantir a paz social através, principalmente, do controle total dos sindicatos e associações dos trabalhadores pelo Ministério do Trabalho, Indústria e

Commercio (MTIC), que neste momento já contava com uma vasta legislação social garantindo aos trabalhadores dos sindicatos reconhecidos pela carta sindical emitida pelo referido ministério, vários direitos que anteriormente não tinham acesso. Nasce “nesse período, uma nova forma de regulação das relações capital-trabalho cuja legitimidade foi garantida para além do tempo histórico conhecido como era Vargas.”²²

O contexto sindical que se apresentava em Manaus nos anos de 1930 era de uma forte herança das chamadas “teorias alienígenas” o socialismo, o anarcossindicalismo e comunismo, que representavam para as elites locais como para as nacionais um perigo para o perfeito andamento da ordem social. Nesse sentido, enquadrar e regular essas entidades era um objetivo quase que unânime entre os membros da elite e as ações dos agentes locais do governo varguista. O apoio dado por uma grande maioria dos sindicatos de Manaus ao golpe de 1937 pode ser explicado e analisado através de inúmeras teses.

A tese que será o centro da minha pesquisa está ligada as táticas e estratégias utilizadas pelos diversos sindicatos de Manaus para manter sua existência e garantir direitos para as categorias que os mesmo representavam, frente às ações adotadas pelo governo varguista que visavam controlar as “massas” de trabalhadores urbanos.

O Estado Novo e os Trabalhadores urbanos

De acordo D’Araújo (2003), a partir da “Revolução de 1930” tem início a política de intervenção do Estado nas questões referentes ao mundo do trabalho, marcando o início da autonomia sindical e da relação sistemática dos sindicatos com o poder central através do Ministério do Trabalho. “Os sindicatos passavam a ser órgãos

²² D’ARAUJO, Maria Celina. “Estado, classe trabalhadora e políticas sociais.” In. FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2, p. 215.

de colaboração com o Estado e qualquer manifestação política ou ideológica ficava proibida.”²³

Conforme Mattos (2003), durante o governo Vargas foi difundida a proposta, dentro dos discursos dos dirigentes da época, de convivência harmônica entre trabalhadores e patrões, sendo o Estado o regulador, protetor e interventor da Legislação Social. Para o governo Varguista evitar o conflito entre patrões e empregados era um dos objetivos de sua política na busca pela paz social.²⁴

Como problemática da pesquisa tenho a seguinte indagação: durante o Estado Novo na Cidade de Manaus o movimento operário se utilizou dos mecanismos de controle social criados pelo Estado para buscar garantir direitos sociais e manter sua própria existência dentro de um período político de exceção?

Deste modo, o objetivo central da pesquisa é analisar o processo histórico de desdobramento do Estado Novo (1937-1945) no Amazonas dentro do contexto da elaboração e execução das políticas sociais, destacando a relação do poder político central representado pelos Interventores Federais no estado com as organizações sindicais que representavam os trabalhadores urbanos em Manaus.

O Estado Novo se configurou como o ápice do governo Varguista, “se constituiu em decorrência de uma política de massas que foi definido no Brasil a partir da Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas”.²⁵

Conforme D’Araújo (2003), os anos 1930 marcam o início de uma política institucional no mundo do trabalho, agora o Estado é o regulamentador e o controlador

²³ D’ARAUJO, Maria Celina. “Estado, classe trabalhadora e políticas sociais.” In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2, p. 223.

²⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. O Sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, 11.

²⁵ CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de Novo?” In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2, p.109.

das relações entre capital e trabalho. E essa novidade ficou intimamente ligada a toda produção de políticas sociais do estado brasileiro. É durante esse período que o governo varguista será mais interventor no campo econômico e mais centralizador politicamente, tomando uma conformação autoritária.

Nesse sentido Capelato (2003), nos mostra que a política social adotada por Getúlio Vargas estava dentro do contexto histórico que se formou após os impactos da Primeira Guerra Mundial e a eclosão da Revolução Bolchevista de 1917. De acordo com a historiadora essas políticas sociais, que tinham como intuito criar novas formas de controle das massas, representavam uma preocupação das elites conservadoras em tentar evitar o avanço de novas revoluções socialistas no mundo capitalista, dentro desse quadro, de acordo com a autora essas políticas foram,

Uma das soluções propostas era o controle social através da presença de um estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem. Essa política foi adotada em alguns países europeus, assumindo características específicas em cada um deles. Regimes como o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal e o franquismo na Espanha foram construídos nessa época. O sucesso das experiências italiana e alemã serviu de inspiração para reformas políticas que ocorreram em alguns países latino-americanos: Brasil e Argentina especialmente.²⁶

Como ficou claro o modelo de “controle social” adotado pelo Varguismo durante o Estado Novo, estava ligado diretamente à preocupação das elites burguesas conservadores internacionais e nacionais, ao medo do avanço das revoluções comunistas vira bandeira de luta contra qualquer tipo de reivindicações das camadas mais populares das sociedades capitalistas por todo o mundo.

²⁶ Idem. Ibidem. p. 109.

Conforme Alexandre Fortes (2007), “o sistema corporativista de relações de trabalho permanece como legado institucional mais durável deixado pelo Estado Novo”.²⁷ Segundo o autor esse processo ocasionou,

[...] um efeito inclusivo que transformou de forma duradoura o sistema político do país, de outro criou sérios obstáculos para os projetos políticos baseados em concepções classistas e autônomas, limitando o potencial de crescimento da esquerda e desfigurando a experiência do chamado "intervalo democrático" (1945-1964).²⁸

Dentro desse quadro, a historiadora Ângela de Castro Gomes nos fala, que a partir de 1935, principalmente, após o movimento organizado pela ANL denominado de Intentona Comunista, a questão social e a relação Estado/Classe trabalhadora viraram questão de Segurança Nacional. Segundo Gomes inaugurou-se

[...] a partir de 1935 um novo quadro na vida política brasileira e, em especial, na dinâmica das relações Estado/classe trabalhadora. Se em 1920 a questão social foi definida como uma questão de policial – e os anarquistas foram apontados como o inimigo objetivo – em 1935 ela iria ser definida como uma questão de segurança nacional, o mesmo tipo de discurso acusatório iria se voltar contra uma nova categoria: os comunistas [...].²⁹

Conforme Mattos (2003), o Estado Novo impôs limites rígidos ao movimento operário, com isso, houve uma forte restrição de qualquer possibilidade de reivindicações. Conforme o autor,

Os rígidos limites impostos pelo governo restringiam em muito a possibilidade de reivindicações. A instalação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, se fez acompanhar de uma Constituição de matriz fascista, que retomava o modelo do sindicato único. Em 1939, uma nova lei de sindicalização foi decretada – a Lei Orgânica da Sindicalização Profissional – o seu objetivo de controle sobre os sindicatos foi explicitado

²⁷ FORTES, Alexandre. “O Estado Novo e os Trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano”. In.: LOCUS: Revista de História. Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007.

²⁸ Idem. Ibidem, p. 64.

²⁹ GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005, p. 177.

na exposição de motivos de decreto que instituiu: Com a instituição desse registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão.³⁰

Como podemos perceber o controle das Associações e Sindicatos de trabalhadores urbanos durante o Estado Novo vai ser um dos objetivos do governo Vargas. Esse controle terá como base a legislação trabalhista que será implantada e a atuação efetiva do Ministério do Trabalho em busca da paz social.

Durante a Era Vargas, uma das novidades mais marcantes será à proposta difundida nos discursos dos dirigentes da época de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, regulamentada pelo Estado que seria o regulador e protetor, apresentando-se como inventor da Legislação Social.³¹

A legislação social desse período, ainda segundo Mattos, era composta por quatro núcleos, que estavam assim divididos,

a) a legislação previdenciária, generalizada as primeiras experiências dos anos 1920 com as Caixas de Aposentadorias e Pensões, mais tarde chamadas de Institutos, que, com contribuições do estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social – aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais etc.; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categorias e região [...] a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista.³²

Como já foi dito, o modelo doutrinário adotado pelo Varguismo, nesse período, para inspirar o sindicalismo brasileiro, foi o corporativismo. Para os representantes dessa corrente o capitalismo era visto como produtor de desigualdades e formador de

³⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. O Sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, Coleção Descobrimos o Brasil, p. 19.

³¹ Idem, ibidem, p. 11.

³² Idem, ibidem, p. 11-12.

conflitos e lutas entre as classes sociais. O socialismo era entendido como um falso criador de igualdades, pois, a ditadura do proletariado era entendida como uma solução equivocada, por que criaria novas formas de opressão e desigualdades, gerando com isso, novos conflitos sociais.

Dentro desse contexto D’Araújo (2003), afirma que a proposta corporativista visava manter as hierarquias, diminuir as desigualdades sociais, evitar o conflito e banir a luta de classes, gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz social. Sendo assim, a proposta corporativista foi apresentada como uma saída intermediária entre os dois sistemas. Porém, para que isso ocorresse, o Estado deveria possuir mais poderes, ou seja, centralização política através de um golpe.

A relação entre trabalhadores e o Estado durante o governo Vargas viveu várias fases. A primeira delas foi, no período que compreende 1930-1934, este momento ficou marcado pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, também foi nesse período que foram geradas praticamente todas as leis do Trabalho que irão fazer parte da CLT, criada em 1943. O novo modelo de sindicato oficial, que terá o reconhecimento do Estado, porém, estará sobre sua tutela, será difundido nesse momento pelo Ministério do Trabalho.

Entretanto, dentro deste contexto não podemos deixar de ressaltar, que uma parcela significativa dos trabalhadores não estava disposta a aceitar a tutela do poder público, como nos afirma Mattos,

[...] uma parcela expressiva do setor organizado da classe trabalhadora não parecia disposta a trocar suas tradicionais entidades de classe pelos sindicatos oficiais controlados pelo MTIC, exceção feita para os que sempre defenderam a adesão ao Estado e ao patronato, ou para os setores sem qualquer tradição sindical.³³

A denúncia contra a lei de sindicalização, que obrigava os trabalhadores a se ligarem a sindicatos “pelegos”, era feita por anarquistas e comunistas que ressaltavam o

³³ MATTOS, Marcelo Badaró. O Sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, Coleção Descobrimdo o Brasil, p. 13.

caráter fascista e controlador dessa legislação. A partir de 1934, com a possibilidade de participação política na Assembleia Nacional Constituinte, muitos sindicalistas combativos buscaram a sindicalização estratégica, pois, assim poderiam lutar por uma legislação mais justa.

Com a Constituição de 1934 ocorreu um curto período de normalidade institucional, que seguiu até o segundo semestre de 1935. Neste momento, aconteceram várias mobilizações sindicais, com crescimento do número de greves e o engajamento dos trabalhadores organizados na luta pela democratização do país, representados pela ANL.

Com o levante da ANL, a “Intentona Comunista”, o governo de Vargas decretou a Lei de Segurança Nacional, denominada pelos sindicalistas de “Lei Monstro”, que instalou o estado de exceção, ao criar mecanismos e tribunais especiais para presos políticos. Com essa lei procurou-se eliminar as lideranças mais radicais do movimento operário, através da cassação de direitos, prisão e eliminação física. Esse fato possibilitou a desmobilização do movimento sindical nos anos posteriores.

Como afirma Mattos (2003), com relação à desmobilização da classe operária que ocorreu na Era Vargas,

Entre 1935 (portanto antes mesmo do golpe de 1937) e 1942 viveu-se uma fase de completa desmobilização sindical. Dirigentes totalmente submissos às orientações do Ministério do Trabalho foram elevados à direção dos sindicatos, não houve greves por categorias e a participação das bases nas atividades sindicais reduziu-se a quase nada.³⁴

Com a instalação da ditadura do Estado Novo (1937), acompanhada de uma Constituição de origem fascista, foi retomado o modelo de sindicato único, que havia sido modificado a partir da Constituição de 1934. A Lei Orgânica da Sindicalização

³⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. O Sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, Coleção Descobrimdo o Brasil, p. 18-19.

Profissional, decretada em 1939, trazia de forma bem explícita seu objetivo de controle dos sindicatos.

Com a entrada no Brasil na guerra e o crescimento das oposições contra a ditadura do Estado Novo, forjou-se o discurso trabalhista que procurava ressaltar a ideia de que o Estado e Vargas eram os protetores dos trabalhadores. Nesse contexto, a legislação social varguista era destacada como uma concessão aos trabalhadores, ou seja, uma antecipação do Estado às pressões sociais. É importante ressaltarmos que durante a guerra a CLT não foi colocada em prática, ou seja, se tornou letra morta, pois as explorações, as péssimas condições de trabalho e o desrespeito à legislação continuaram.

De acordo com Maria Helena Capelato (2003), a partir de 1937 foi colocado em prática o projeto varguista que pensava o Estado como agente da política econômica e a nova Constituição garantiu a intervenção do poder público na economia para coordenar os fatores da produção, principalmente, a industrial. Vale lembrar que uma das justificativas para o golpe do dia 10 de novembro foi à necessidade de produzir mudanças capazes de levar o Brasil para um local de destaque no progresso material para se equiparar com os países mais ricos do mundo. Deste modo, a ordem e a racionalização do mundo do trabalho e o controle social eram outro pilar da política estado-novista, sendo assim se fazia necessário reprimir os agentes da subversão (anarquistas, liberais, socialistas e comunistas).

A política social e a legislação trabalhista foram uma das armas do regime para evitar o conflito entre patrões e empregados na esfera pública. O Estado seria o grande agente conciliador da sociedade no Estado Novo, todas as ações do governo varguista neste período foram pensadas para controlar as atividades dos sindicatos que eram até este momento, independentes. De acordo com Capelato (2003), essa política,

[...] acabou por dividir o movimento sindical. Uma parcela significativa mostrou-se satisfeita com as “benesses generosamente” concedida pelo chefe do governo, como alardeava a propaganda governamental, e outra parcela tentou reagir ao controle do Estado e à perda da liberdade política. Mas essa corrente foi sufocada porque o regime autoritário impedia as manifestações

de oposição em todos os níveis. Com o pretexto de manter a ordem e acabar com a subversão, muitos sindicalistas que se opuseram à nova política foram perseguidos, presos, torturados ou exilados durante o Estado Novo.³⁵

É dentro deste quadro de tentativa de controle por parte do Estado Novo Vargasista do movimento dos trabalhadores urbanos que nossa tese se aplica, com o intuito de identificar as táticas de resistência dos trabalhadores de Manaus a este processo de apropriação pelo governo estadonovista do seu lugar de luta. Entretanto, devemos entender que essa política varguista também atendeu e resgatou ideias, crenças, valores, auto-estima e lutas que foram construídas pelos trabalhadores e vinham defendendo desde a República Velha. Neste sentido, como nos mostra Ângela de Castro Gomes (2011), houve o reconhecimento dos trabalhadores como agentes do processo histórico e cidadãos ativos isso teve um impacto absurdo no que se refere à dignidade do trabalhador brasileiro.³⁶

Neste processo, além da CLT e das leis sociais, o Governo Vargasista utilizou a propaganda política e a produção cultural na tentativa de controlar o movimento dos trabalhadores urbanos no país. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi fundamental para colocar em prática o projeto ideológico de Getúlio Vargas. Conforme Capelato (2003), “a propaganda, além de enaltecer a figura do líder e sua relação direta com as massas, demonstrava a preocupação do governo com a formação de uma identidade nacional coletiva.”³⁷ Ou seja, um processo de homogeneização das culturas brasileiras.

Considerações para os próximos passos da pesquisa

Após apresentar este pequeno percurso da pesquisa onde procurei mostrar o processo inicial de formação e consolidação do Estado Novo e suas relações iniciais

³⁵ CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de Novo?” In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2, p.120.

³⁶ GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

³⁷ CAPELATO. Op. cit. p. 124.

com as associações e sindicatos dos trabalhadores de Manaus. Os próximos caminhos que serão seguidos visam identificar as políticas e ações criadas no Amazonas pelos Interventores Federais, aqui em destaque Álvaro Botelho Maia, que tinham como objetivo maior colocar em prática a política corporativa estadonovista da paz social. O corporativismo do estado Novo tinha como principal objetivo evitar os conflitos entre as classes sociais dentro desta ótica o controle dos sindicatos patronais e, principalmente, dos trabalhadores era o ponto central destas ações. Neste sentido, a análise destas ações do governo varguista que tinha o interesse de controlar os sindicatos, associações e os próprios trabalhadores da urbe manauense fecharam o primeiro capítulo da minha tese.

Referências Utilizadas

Fonte:

Jornal do Commercio do ano de 1937.

Bibliografia:

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de Novo?” In.: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume II.

D'ARAUJO, Maria Celina. “Estado, classe trabalhadora e políticas sociais.” In. FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume II.

FEREIRA, Jorge. “Os conceitos e seus lugares: Trabalhismo, Nacional-Estatismo e Populismo.” In.: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). A Era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FORTES, Alexandre. “O Estado Novo e os Trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano”. In.: LOCUS: Revista de História. Juiz de Fora, v. 13, n. 2.

GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. O Sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003, Coleção Descobrimdo o Brasil.

NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2017.

VALENTE, Aviz. Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas: Antecedentes e Protagonistas. Manaus: Editora Travessia, 2005.